

## O conceito de *vontade de verdade* no *Para além de bem e mal* de Nietzsche

Carlos Eduardo Ribeiro (USP)

Orientador: Scarlett Z. Marton

É *seriamente* que Nietzsche se põe a caracterizar, com um olhar retrospectivo, toda a filosofia dogmática: “Falando *seriamente*”, afirma o autor do *Prólogo* de *Para além de bem e mal*, “há boas razões para esperar que toda dogmatização em filosofia, não importando o ar solene e definitivo que tenha apresentado, não tenha sido mais que uma nobre infantilidade e coisas de iniciantes” (JGB/BM *Prólogo*). A despeito de toda pompa e de todo caráter definitivo que se tenha apresentado, Nietzsche garante ter boas razões para compreender o dogmatismo como esta “respeitável” infantilidade dos filósofos. Arrisca afirmar que é vindouro o *tempo* de uma importante percepção: o tempo no qual se perceberá que a cerimoniosa dogmatização em filosofia, desde sempre, teve as suas mais sublimes e absolutas construções alicerçadas em algo extremamente exíguo. E se é *seriamente* que Nietzsche se põe a falar do dogmatismo, isso se deve ao seu convencimento de que, até agora, a filosofia se firmou nesta pouquidade infantil do dogmatismo e que este apregou, assim, somente *superstições*: “alguma superstição popular de um tempo imemorial (como a superstição da alma, que, como superstição do sujeito e do Eu, ainda hoje causa danos), talvez algum jogo de palavras, alguma sedução por parte da gramática, ou temerária generalização de fatos muitos estreitos, muito pessoais, demasiado humanos” (JGB/BM *Prólogo*). Em suma, trata-se para Nietzsche, neste *Prólogo*, de marcar decisivamente, no instante presente, o que seria o declínio do dogmatismo.

É exatamente este *diagnóstico* que faz Nietzsche caracterizar a filosofia dita dogmática como algo que não passou de uma longa “promessa através de milênios” Isto significa entender que a promessa desta filosofia obedeceu a um certo percurso de petrificação na humanidade, tal como ocorre com tudo aquilo que se *arroga* uma postura grandiloquente e que, sob esta caricatura, pretende se apresentar: “Parece que todas as coisas grandes, para se inscrever no coração da humanidade com suas eternas exigências, tiveram que primeiro vagar pela terra como figuras monstruosas e apavorantes: uma tal caricatura foi a filosofia dogmática, a doutrina

100

101

102

103

104

105

106

107

108



examinando o *estatuto da pergunta* pelo valor da vontade de verdade que entenderemos que operacionalidade se trata. E segundo nos parece, o problema do valor dessa vontade é colocado sob o ponto de vista de um *quantum satis*, ou seja, do quanto que operacionalmente basta para exhibir a vontade de verdade como estruturada num modo de pensar necessariamente falseador.

Adentrando nessa questão, podemos dizer que, entre os filósofos dogmáticos, a vontade de verdade *é a coisa do mundo melhor partilhada*, pela qual imediatamente podem eles ser identificados. Semelhantemente ao exposto na *Gaia Ciência*, é com devota reverência que Nietzsche, no capítulo primeiro de *Para além de bem e mal*, define a vontade de verdade: “A vontade de verdade, que ainda nos fará correr não poucos riscos, a célebre *veracidade que até agora todos os filósofos reverenciaram*: que questões essa vontade de verdade já não nos colocou!” (JGB/BM 1- grifo nosso). Veracidade é uma característica que habitualmente se atribuiu a pessoas, enquanto aquela que produz o discurso veraz, como vemos na sexta Meditação de Descartes através da idéia de *veracidade divina* no sentido de Deus não nos enganar porque não pode ser causa de erros. Também já se atribuiu veracidade ao discurso cujo papel seria, no caso, o de comunicar a convicção de quem o produz e que, portanto, não poderia resultar em erro ou engano para o ouvinte.

Ora, de que veracidade se trata para Nietzsche? Veracidade do discurso que exhibe a convicção do filósofo ou a veracidade exclusivamente da pessoa que produz um discurso veraz? Forçando o filósofo dogmático a explicitar seu peculiar modo de pensar, responde-nos Nietzsche a esta questão “Como poderia algo nascer do seu oposto?, pergunta-se o dogmático, “Por exemplo, a verdade do erro? Ou a vontade de verdade da vontade de engano? Ou a ação desinteressada do egoísmo? (...) Semelhante gênese é impossível; quem com ela sonha é um tolo ou algo pior; as coisas de valor mais elevado devem ter uma origem que seja outra, *própria* - não podem desse fugaz, enganador, sedutor, mesquinho mundo, desse turbilhão de insânia e cobiça! Devem vir do seio do ser, do intransitório, do deus oculto, da ‘coisa em si’ - nisso, em nada mais, deve estar a sua causa!” (JGB/BM 2). Para Nietzsche, eis a resposta, a única veracidade comum a todos os filósofos dogmáticos: uma crença tomada de antemão pela qual se pretende atingir um “saber” e que ao fim é nomeado de “verdade”. Por trás das artimanhas lógicas do filósofo, esconde-se seu

modo de pensar, sua crença a mais fundamental, “a crença nas oposições de valores”

Esta crença que percebe Nietzsche decorre diretamente do questionamento do *valor* da vontade de verdade. É este um questionamento mais fundamental do que a pergunta pela *origem* dessa vontade. Nietzsche despreza esta pergunta pela origem, já que significaria atrelar-se ao modo dicotômico de refletir, e passa ao “afirmar” de uma empresa inteiramente original. Da negação da origem à *sua* originalidade: “*Quem*, realmente, nos coloca questões ? O *que*, em nós, aspira realmente à “verdade” ? - De fato, por longo tempo nos detivemos ante a questão da origem dessa vontade - até afinal parar completamente ante uma questão mais fundamental. Nós questionamos o *valor* dessa vontade” (JGB/BM 1). As afirmações ditas filosóficas de todos os tempos passarão, afinal, pelo *questionamento do valor* que, se preferirmos, podemos dizer, pela tensão provocada pela noção de *valor*: “Certo, queremos a verdade: mas por que não, de preferência, a inverdade?”, pergunta Nietzsche, “Ou a incerteza? Ou mesmo a insciência? - O problema do valor da verdade apresentou-se à nossa frente - ou fomos nós a nos apresentar diante dele? Quem é Édipo? quem é a Esfinge?” (JGB/BM 1).

Com isto, já depreendemos de que modo a vontade de verdade, enquanto a veracidade reverenciada pelos filósofos, assume um sentido operacional. Este modo é fazer o próprio filósofo (ou a sua filosofia!) explicitar sua maneira dicotômica de pensar. Seja com a construção de uma fala imaginária colocada na boca do metafísico, seja mesmo se referindo diretamente aos conceitos dos diversos sistemas filosóficos, Nietzsche põe em ação o pensar metafísico e, com isso, consegue extrair o prejuízo que o filósofo dogmático carrega em seu discurso. Retesar a vontade de verdade no contexto mesmo do pensamento dogmático é o *quantum satis* indicado pela profilaxia nietzschiana.

Com efeito, a estrutura da pergunta pelo valor da vontade de verdade é esta maneira empreendida por Nietzsche de fazer o próprio dogmático desvelar seu habitual modo opositor de pensar. Isto parece constituir para Nietzsche uma *operação suficiente* para expor aquilo que é título do capítulo, os prejuízos dos filósofos. Por conseguinte, qualquer tentativa de expor tais prejuízos não terá sucesso senão por meio de uma espécie de crítica imanente, somente se forem questionados os próprios gestos trapaciosos dos filósofos e neles enxergar uma ambiciosa vontade de

verdade: “O afã e a sutileza, quase diria: a astúcia, com que em toda a parte da Europa é hoje abordado o problema “do mundo real e do mundo aparente”, leva a pensar e a espreitar; e quem aqui nada ouve no fundo, *a não ser uma “vontade de verdade”*, certamente não goza da melhor audição” (JGB/BM 10 grifo nosso).

Por este viés podemos entender que é um operar imanente, como um *quantum satis*, que o problema do valor da vontade de verdade orienta a destituição do pensar metafísico. Se tomarmos, por exemplo, a crítica da idéia de “eu”, verificaremos que esta “produção” da vontade de verdade é questionada em seu valor através da exata medida de seu operar. Para Nietzsche, há de assumir que a proposição “eu penso” afirma incisivamente que o predicado ‘penso’ tem por condição necessária o ‘eu’. Esta condição é um certo reconhecimento e não outro. Mas como fundamentar esta proposição se o pensamento não está determinado em definitivo por um “eu”? “Ele” (o pensamento) vem quando quer e não quando “eu” quero. Não há por trás do pensamento algo como um “querer” que determina em definitivo que ele aconteça deste ou daquele modo. É falsear, pois, a efetividade, assumir o processo do simples pensar reconhecido num “eu”, ainda que este reconhecimento seja o puro pensamento, pois para o filósofo alemão mesmo este seria um *certo* pensamento. Basta assumirmos a proposição “*eu penso*” e *decompormos* o processo que nela está expresso. As afirmações que se depreendem daí são temerárias, pois haveria de se saber previamente, por exemplo, *o que é pensar*, do contrário, como se diferenciaria o “pensar” do “querer” e do “sentir”?

Este procedimento crítico se repetirá ao longo do escrito de 1886 contra os mais diversos alvos procedentes do dogmatismo, até chegar ao descendente mais contemporâneo de Nietzsche chamado de “idéias modernas”. Notamos, portanto, que a própria “natureza” incondicional da vontade de verdade dos filósofos é revelada por Nietzsche ao articular a noção de valor. Esta associação da subversão crítica da noção de valor com a vontade de verdade faz com que esta se torne no escrito de 1886 a coisa questionada e o próprio questionamento. Talvez com isso, destinado a preludiar uma filosofia do futuro, Nietzsche quisesse dar ao dogmático não só a procedência de seu valor, mas ainda as condições para a sua própria derrocada.

### Bibliografia

NIETZSCHE, Friedrich, *Sämliche Werke. Kritische Studienausgabe*, Berlim: Walter de Gruyter & Co., 1967/1978. 15 vols. (Organizada por Giorgio Colli e Mazzino Montinari).

---

\_\_\_\_\_. *Obras incompletas*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. Col. "Os Pensadores" São Paulo: Abril Cultural, 2ª edição, 1978.

---

\_\_\_\_\_. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro* / Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza - 1a. edição - São Paulo: Companhia das Letras, 1992.